

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Mariane da Silva Baptista

**A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO  
BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1995 A 2013**

Santa Maria, RS  
2016

**Mariane da Silva Baptista**

**A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO  
BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1995 A 2013**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

Orientador: Sérgio Alfredo Massen Prieb

Santa Maria, RS  
2016

**Mariane da Silva Baptista**

**A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO  
BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1995 A 2013**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Santa Maria, (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Bacharel em Ciências Econômicas**.

**Aprovado(a) em 11 de Julho de 2016:**

---

**Sérgio Alfredo Massen Prieb, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Elder Estevão de Mello, Msc. (UFSM)**

---

**Irina Mikhailova , Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2016

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente, agradeço a Deus por ter me dado forças o suficiente para não desistir e continuar a persistir nos meus sonhos mesmo diante de tantos obstáculos.

Agradeço a minha família que me apoiou nessa longa e árdua caminhada, principalmente a meu pai Miguel Ângelo e minha mãe Rosenara Maria pelo meu stress em dias que tinha prova ou trabalhos da Universidade. Agradeço também aos meus irmãos Miguel e Marcion por também me apoiarem nessa longa caminhada.

Agradeço ao meu orientador Sérgio Prieb por ser um professor atencioso e dedicado comigo e com os demais orientandos. E a todos os professores que me passaram todos os seus conhecimentos.

“Cada sonho que você deixa pra trás,  
é um pedaço do seu futuro que deixa de existir”.

(Steve Jobs)

“Quem não sente a ânsia de ser mais,  
não chegará a ser nada”.

(Miguel de Unamuno)

“Não devemos ter medo das novas  
ideias ! Elas podem significar a diferença  
entre o triunfo e o fracasso.

(Napoleon Hill)

“Para realizar grandes conquistas,  
devemos não apenas agir, mas também  
sonhar; não apenas planejar, mas também  
acreditar.”

(Anatole France)

“A persistência é o caminho  
para o êxito.”

(Charles Chaplin)

## **RESUMO**

Monografia

Curso de Ciências Econômicas

Universidade Federal De Santa Maria

### **A SITUAÇÃO DA MULHER NEGRA NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO NO PERÍODO DE 1995 A 2013**

Autora: Mariane da Silva Baptista

Orientador: Sérgio Alfredo Massen Prieb

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 11 de Julho de 2016

## **RESUMO**

Este trabalho analisa a situação de discriminação e desigualdade que a mulher negra sofre atualmente no mercado de trabalho brasileiro. A inserção das mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro é nitidamente desvantajosa, ainda que sua participação na força de trabalho seja mais intensa, nos dias atuais. A presença da discriminação racial se acumula à ausência de equidade entre os sexos, aprofundando desigualdades e colocando as afrodescendentes na pior situação quando comparada aos demais grupos populacionais – homens negros, homens brancos e mulheres brancas. Elas são a síntese da dupla discriminação de sexo e cor na sociedade brasileira: mais pobres, em situações de trabalho mais precárias, com menores rendimentos e as mais altas taxas de desocupação.

**Palavras- chave:** mercado de trabalho, mulheres brancas, mulheres negras, homens brancos, homens negros, discriminação racial.

## **ABSTRACT**

Monograph

Course of Economics

Federal University of Santa Maria

### **THE SITUATION OF BLACK WOMAN IN THE BRAZILIAN LABOR MARKET IN THE PERIOD FROM 1995 TO 2013**

Author: Mariane da Silva Baptista

Advisor: Sérgio Alfredo Massen Prieb

Date and Defense Location: Santa Maria, July 11, 2016

## **ABSTRACT**

This paper analyzes the situation of discrimination and inequality that black women are currently suffering in the Brazilian labor market. The inclusion of black women in the Brazilian labor market is clearly disadvantageous, although their participation in the workforce is more intense in these present days. The presence of racial discrimination accumulates the lack of equality between the sexes, deepening inequalities and putting African descent in the worst situation compared to other population groups - black men and white men and white women. They are the synthesis of the double discrimination of gender and color in Brazilian society: the poor, in precarious work situations, with lower incomes and higher unemployment rates.

**Key words:** labor market, white women , black women , white men , black men , racial discrimination.

## **LISTA DE QUADROS**

- Quadro 1- Taxa de participação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça, localização do domicílio e faixa etária – Brasil (1995 a 2013).....28
- Quadro 2- Taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo, cor/raça e grupos anos de estudo- Brasil (1995 a 2013).....30



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de mulheres, segundo raça/cor – Brasil (2005) .....	21
Gráfico 2- Distribuição de mulheres, segundo raça/cor -Brasil (2009) .....	21
Gráfico 3 – Distribuição de mulheres, segundo raça/cor –Brasil (2013) .....	22
Gráfico 4- Taxa de Escolarização do Ensino Fundamental, segundo raça e gênero.....	24
Gráfico 5- Taxa de Escolarização do Ensino Médio, segundo raça e gênero.....	25
Gráfico 6- Taxa de Escolarização do Ensino Superior, segundo raça e gênero.....	26
Gráfico 7 - Participação na Posição Ocupacional Funcionários Públicos.....	32
Gráfico 8- Participação na Posição Ocupacional Empregados Com Carteira Assinada.....	33
Gráfico 9- Participação na Posição Ocupacional Empregados Sem Carteira Assinada.....	34
Gráfico 10- Participação na Posição Ocupacional Conta Própria.....	35
Gráfico 11- Participação na Posição Ocupacional Empregadores.....	36
Gráfico 12- Participação na Posição Ocupacional Empregados Domésticos.....	37
Gráfico 13- Distribuição Percentual da população ocupada com 16 anos ou mais de idade que recebem até um salário mínimo, segundo raça e gênero.....	38
Gráfico 14- Distribuição Percentual da população ocupada com 16 anos ou mais de idade que recebem até três salários mínimos, segundo raça e gênero.....	39
Gráfico 15- Rendimentos Médio Mensal da população ocupada com 16 anos ou mais de idade na Posição Ocupacional de Funcionários Públicos, segundo raça e gênero.....	40
Gráfico 16- Rendimentos Médio Mensal da população ocupada com 16 anos ou mais de idade na Posição Ocupacional Conta Própria, segundo raça e gênero.....	41
Gráfico 17- Rendimentos Médio Mensal da População ocupada com 16 anos ou mais de idade na posição ocupacional de Empregadores, segundo raça e gênero.....	42
Gráfico 18- Rendimento Médio Mensal da População ocupada com 16 anos ou mais de idade na posição ocupacional de Empregados Domésticos , segundo raça e gênero.....	43

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 O NEGRO E O TRABALHO NO BRASIL.....</b>	<b>12</b>
2.1 O TRABALHO ESCRAVO .....	12
2.2 O NEGRO E O TRABALHO LIVRE.....	15
<b>3 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA FEMININA NO BRASIL.....</b>	<b>18</b>
<b>4 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS.....</b>	<b>23</b>
4.1 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	23
4.2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO.....	24
4.3 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR.....	25
<b>5 RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO.....</b>	<b>27</b>
5.1 TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	27
5.2 TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO.....	29
5.3 POSIÇÃO OCUPACIONAL DE RAÇA E GÊNERO.....	31
5.4 RENDIMENTOS DE RAÇA E GÊNERO.....	37
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>46</b>

## 1 INTRODUÇÃO

É evidente a desigual situação do mercado de trabalho brasileiro entre homens e mulheres, sendo notada com muito mais evidência quando relacionada à mulher negra. Esse preconceito tem suas raízes na escravidão, apesar de ter sido abolido há mais de cem anos, este cenário ainda está presente nas relações sociais, no modo perspectivo de sentir e olhar, manifestado de alguma parte da sociedade. O preconceito contra a mulher negra sempre foi bem subterfugido, na mídia e sociedade, causa nelas um abalo psicológico, perante a sua situação nas relações enquanto cidadã ou pessoa, principalmente, mediante o mercado de trabalho.

No mercado de trabalho brasileiro sempre houve as desigualdades salariais entre as raças e gêneros. Em meados dos anos 90 isso era mais acentuado do que hoje, conforme os anos foram passando se tornaram menos alarmantes, mas ainda prevalecem essas desigualdades.

Os negros no mercado de trabalho sempre foram discriminados, recebem salários inferiores em relação ao dos trabalhadores brancos, mesmo que executando as mesmas tarefas que estes. As mulheres (brancas e negras) mesmo ocupando um maior espaço atualmente no mercado de trabalho, ainda continuam ganhando salários inferiores, principalmente a mulher negra. Esta ainda continua na última posição na escala social e é ela que obtém mais desvantagens nesse sistema de desigualdades.

A mulher negra, portanto, tem que dispor de uma grande energia para superar as dificuldades que se impõe na busca da sua cidadania. Poucas mulheres negras conseguem ascender socialmente. Contudo, é possível constatar que está ocorrendo um aumento do número de mulheres negras nas universidades nos últimos anos. Talvez a partir desse contexto se possa vislumbrar uma realidade menos desigual para os negros, especialmente para a mulher negra. Cabe ressaltar a experiência de mulheres negras na luta pela superação do preconceito e discriminação racial no ingresso no mercado de trabalho.

O presente trabalho tem os seguintes objetivos:

- 1) Objetivo Geral: Analisar a situação da mulher no mercado de trabalho brasileiro e as condições de trabalho e ocupação em que ela atua no período de 1995 a 2013.
- 2) Objetivos Específicos:

- a) Fazer comparações de rendimentos da mulher negra em relação à mulher branca, homem branco e negro;
- b) Fazer comparações do nível de escolaridade da mulher negra em relação a mulher branca e homem (negro e branco), já que o nível de escolaridade têm influência na inserção no mercado de trabalho.

O problema de pesquisa deste trabalho é o seguinte: Qual a situação da mulher negra no mercado de trabalho no período de 1995 a 2013 comparado aos demais grupos, mulher branca e homens negros e brancos?

A metodologia a ser utilizada será basicamente a coleta de dados/informações e uso de quadros estatísticos e gráficos acerca dos rendimentos, taxa de desocupação e taxa de escolarização da mulher negra em relação aos da mulher branca, homem branco e homem negro. Além disso, será realizada pesquisa bibliográfica, tomando-se por base o que já foi publicado em relação ao tema.

Além deste primeiro capítulo que é introdutório, a monografia conta com o segundo capítulo que aborda a situação do trabalho negro no Brasil durante a escravidão até a atualidade. O terceiro capítulo aborda a distribuição da população negra feminina no Brasil, o quarto capítulo mostra as taxas de escolarização das mulheres negras nos níveis fundamental, médio e superior, o quinto capítulo mostra a raça e gênero no mercado de trabalho brasileiro e por fim as considerações finais.

## 2 O NEGRO E O TRABALHO NO BRASIL

O negro africano no Brasil foi considerado uma das fontes de lucro dos senhores de engenho e do setor cafeeiro, mesmo que o negro africano por ser importado demandava altos custos. O negro escravo era originário de vários países da África, principalmente de Benguela, Luanda, Cabinda em sua grande maioria e de Moçambique em sua minoria. O tráfico do negro africano se dava da seguinte forma: primeiramente, os traficantes forneciam tabaco, pólvora, aguardente e, sobretudo, armas de fogo aos chefes africanos das tribos que em troca exigiam prisioneiros de guerra. De posse das armas, os chefes africanos faziam guerras e obtinham prisioneiros, estes prisioneiros eram negociados com os traficantes e vendidos na América como escravos. Assim iniciou-se o tráfico negreiro nas Américas, tanto do Norte, Central como a do Sul, além de em alguns países da Europa.

### 2.1 O TRABALHO ESCRAVO

O negro africano chegou ao Brasil no século XVI para substituir a mão de obra escrava indígena no desenvolvimento da economia açucareira. Segundo Celso Furtado (2005), a mão de obra africana passou a ser utilizada na expansão da empresa açucareira, que já estava aqui instalada. O autor considera que a utilização do trabalho escravo africano foi a base de um sistema de produção mais eficiente e mais densamente capitalizado que o momento histórico e econômico exigia.

Segundo Furtado, o que mais singulariza a economia escravista é, seguramente, o modo como nela opera o processo de formação de capital. O empresário açucareiro teve no Brasil desde o começo que operar com escala relativamente grande. As condições do meio não permitiam pensar em pequenos engenhos, como fora o caso nas ilhas do Atlântico. Para responder às exigências das grandes plantações foi necessário que, ao menos em sua etapa inicial, houvesse importação tanto de meios de produção, através dos equipamentos utilizados no processamento da cana-de-açúcar, como de mão-de-obra europeia especializada para lidar com esses equipamentos.

O trabalho indígena apesar de ter sido importante para alimentar a nova comunidade bem como nas tarefas não especializadas nas obras de instalação, mostrou-se pouco eficiente em relação às pretensões dos lucros desejados pelos senhores de engenho, além de apresentarem maior resistência ao ritmo de trabalho imposto pelos escravistas. Daí que a

opção pela utilização do trabalho escravo africano, apesar dos altos custos de transporte e manutenção representados pela importação e escravização forçada, comprovou que os trabalhadores africanos mostraram-se bem mais úteis e rentáveis aos interesses do setor canavieiro.

O escravo negro, nas palavras de Celso Furtado, pode ser comparado às instalações de uma fábrica: a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. Esteja a fábrica ou o escravo trabalhando ou não, os gastos de manutenção terão de ser despendidos, por outro lado, uma hora de trabalho do escravo perdida não é recuperável, como ocorreria no caso de uma máquina que tivesse de ser impreterivelmente abandonada ao final de um dado número de anos. É natural que não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escrava em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal. Tais tarefas vinham a ser obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais, etc.

Na obra *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Junior (1961) afirma que a utilização do trabalhador negro foi de grande importância para o desenvolvimento da economia e sociedade da época:

A contribuição que traz é considerável, e certamente muito superior a do índio. Não só pelo estoque inicial, que em princípios do século XIX, já das grandes importações deste século, não teria sido de 5 a 6 milhões de indivíduos introduzidos, mas por outros fatores que asseguram a perpetuação do seu sangue em proporção mais elevada: a resistência maior que oferece na presença do branco e o contato mais íntimo que teve com ele, donde a multiplicação dos cruzamentos. Duas circunstâncias, no entanto, o desfavorecem a este respeito: de um lado a menor proporção de mulheres, pois o tráfico importava muito mais homens, mais úteis para o fim principal visado. Não chegamos nunca à perfeição dos norte-americanos, que “criavam” os escravos para negociar com eles; e por isso as mulheres eram menosprezadas. Em segundo lugar, pelo fato de militarem contra as alianças com os negros – as legais, bem entendido – preconceitos que são muito maiores que no caso índio. Esta segunda circunstância tem, aliás, importância mínima, porque tanto no caso do índio como do negro, a grande maioria dos cruzamentos se realiza fora do casamento. Mas feito o balanço de todos estes fatores, é certo que a tendência do elemento negro é no sentido franco de sobrepujar cada vez mais o indígena. Já era esta a situação em princípios do século passado; mas ainda não tanto como seria depois. (PRADO JUNIOR, 1961, p. 100-101).

Segundo a citação de Prado Júnior (1961), a vinda do negro para o Brasil consolidou a miscigenação racial e o desenvolvimento de nova sociedade de classes, já que os mestiços, na sua grande maioria, eram filhos de senhores com as escravas negras. Essas escravas acabavam sendo abusadas, mantinham relações com os senhores gerando, muitas vezes, filhos. Algumas dessas escravas trabalhavam na Casa Grande (residência dos senhores) e residiam nesse mesmo ambiente, realizando serviços domésticos, outras trabalhavam juntamente com os homens negros, seja no canavial ou cafezal e residiam nas senzalas juntamente com eles.

Com o ciclo do café substituindo o da cana-de-açúcar, o trabalho escravo continua sendo o tipo de trabalho dominante no Brasil. É importante destacar que o novo ciclo impulsiona uma série de novos setores como o desenvolvimento das ferrovias, de beneficiamentos e mesmo o setor bancário passa a assumir grande importância na economia brasileira. Desta maneira, surge uma demanda por um novo tipo de trabalhador, sendo que mesmo que o trabalho escravo ainda persistisse e predominasse, a sua eficiência passou a ser questionada:

Convém insistir que a persistência da ordem escravocrata trouxe consequências sociais e econômicas significativas. Representou limites quanto à possibilidade de expansão e diversificação econômica, já que o trabalho escravo, além de pautar-se por volumosa imobilização e esterilização de recursos e baixa produtividade de trabalho, dificilmente poderia ser utilizado em atividades estruturadas em uma cooperação e divisão de tarefas mais complexas e especializadas (KOVARICK, 1987, p. 39).

Além da necessidade um novo perfil de trabalhador, o escravo era um mero investimento, só que com uma vida útil muito breve, não durando mais de 15 anos, sendo que na cultura cafeeira o escravo atingia o seu mais alto rendimento entre os 18 e 30 anos, tendo uma jornada de trabalho em torno de 16 horas diárias, vivendo em condições de trabalho as piores possíveis, além disso, tinha uma subsistência extremamente precária. Era natural que tivessem poucos anos de vida, pois como representavam um alto investimento ao proprietário, mesmo que os custos de sua reprodução fossem o mínimo necessário, o trabalho escravo começava a mostrar-se superado, tanto em relação aos custos das novas exigências da nascente sociedade capitalista.

## 2.2 O NEGRO E O TRABALHO LIVRE

Somado à pressão externa e interna pelo fim da escravidão no Brasil, o tipo de trabalhador que passa a predominar é o chamado trabalhador livre. Marx (1983, p. 139-140) no século XIX já ressaltava as condições necessárias para o surgimento deste trabalhador livre: deveria ser dono de sua força de trabalho e assim poder vendê-la a qualquer empregador, assim como tinha que ser desprovido da propriedade dos meios de produção, pois se assim não o fosse trabalharia para si mesmo, não venderia sua força de trabalho para alguém, tornando-se assalariado.

Para substituir a força de trabalho escrava utiliza-se o trabalho imigrante:

Para levar adiante a produção e manter a lucratividade do empreendimento, fazia-se urgente forjar abundante força de trabalho que se submetesse à disciplina do trabalho nas fazendas. Por que, então, tentar subjugar o contingente livre e liberto, se era mais viável importar trabalhadores que já chegariam material e culturalmente expropriados, isto é, destituídos de recursos, instrumentos produtivos, sem acesso à terra e almejando “fazer América”? A opção arquitetada pelo grande fazendeiro do café foi a importação em massa da mão-de-obra, que, empobrecida na Europa, não tinha outra alternativa senão vender, por sinal a preços aviltantes, sua força de trabalho (KOVARICK, 1987, p. 70-71).

Os trabalhadores nativos e ex-escravos eram vistos como inaptos para assumirem as tarefas que o nascente capitalismo necessitava, ao mesmo tempo, a Europa sofre uma grave crise econômica, especialmente na Itália, que joga a classe trabalhadora na extrema miséria. Vê-se assim, que os trabalhadores negros trazidos de forma forçada para trabalhar depois da escravidão ter sido abolida, foram desprezados em favor da utilização da força de trabalho do branco europeu. A imigração também representava uma política deliberada de “branqueamento” da população brasileira, além de uma clara demonstração de que o negro durante o predomínio do trabalho livre estaria relegado a uma condição de marginalidade:

[...] com a intenção de dominação foi introjetado na mente dos escravos que eles eram seres inferiores, não eram humanos e não tinham direito a uma vida digna e decente. Foi difundida a ideia de que o Brasil precisava ser “clareado”, era a **ideologia do branqueamento**, que advogava a ideia, hoje ainda vigente – na mente de brancos, negros e governantes -, de que, para se desenvolver e tornar-se um país de “primeiro mundo”, era, e continua sendo, preciso ser branco (FAGUNDES, 2001, p. 46).



A Lei de Terras nº 601, editada em 1850 é decisiva para que os negros libertos sejam jogados à marginalidade. A partir dessa lei as terras até então eram propriedade da coroa e cuja posse era distribuída por deliberação do monarca, torna o acesso à terra somente possível através da compra. Desta forma, os negros totalmente desprovidos de riqueza, estavam impossibilitados de se apossarem de terras, sendo assim simplesmente jogados da condição de trabalhadores forçados à rua, sem trabalho, sem terras, sem dinheiro, e praticamente sem direitos.

Quanto à questão da mulher negra na época da Economia Escravista, nos séculos XVI a XIX, além de sofrer com os maus tratos comuns da escravidão, também era vítima do preconceito da sociedade da época. Após a Lei Áurea assinada pela Princesa Isabel em 13 de maio de 1888, o homem negro e a mulher negra deixavam a condição de escravos para se tornarem, em tese, trabalhadores livres. Como já visto anteriormente, mesmo livres e com disponibilidades de trabalhar, o mercado de trabalho local desprezava essa mão-de-obra disponível devido à existência do preconceito racial, e também por considerar que sem serem forçados a trabalhar tenderiam a praticar a “vadiagem”, ficando os negros libertos à margem da sociedade.

Nesta situação, o papel da mulher amplia-se no seio das famílias negras, pois enquanto os homens negros por falta de trabalho jogavam-se na condição marginal (sendo que atribui-se a origem do termo vadio à condição de não-trabalho a que esses trabalhadores eram sujeitos, sendo inclusive no Brasil, a chamada “vadiagem”, considerada por muitos anos um delito sujeito à prisão), muitas vezes a mulher tomava a atitude de buscar formas alternativas de sustentar os filhos.

Foi dentro deste cenário de marginalização do homem negro, ex-escravo, que a mulher negra exerceu um importante papel, devido à desagregação profissional e psicológica do homem (que em muitos casos continua até os dias de hoje), tornando-se fundamental o seu trabalho de doceira, lavadeira, faxineira e em outras tarefas, através do qual conseguiu manter e sustentar a família negra desamparada pelo aparato de extermínio e massacre, tão arduamente montado (FAGUNDES, 2001, p. 42-43).

No século XX, em meados da década de 20 a 60, a mulher negra e o homem negro ainda sofriam com o preconceito exacerbado na sociedade e no mercado de trabalho brasileiro, a mulher negra, assim como a mulher branca tinham uma participação bastante restrita no mercado de trabalho, nesse período, a mão de obra utilizada nos melhores empregos era predominantemente masculina e dentro destes, majoritariamente branca. Quanto

à mulher branca, ou esta exercia o papel de dona do lar ou trabalhava em atividades consideradas “tipicamente femininas” como professora primária, enfermeira, secretária, telefonista, e quando empregadas na indústria, especialmente na indústria têxtil. A mulher negra por necessidade de sobrevivência, geralmente entrava no mercado de trabalho muito jovem, antes mesmo da mulher branca, no entanto, exercendo atividades que exigiam baixa escolaridade e também de baixo nível salarial como cozinheiras, empregadas domésticas, faxineiras, lavadeiras e babás.

### **3 DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO NEGRA FEMININA NO BRASIL**

Atualmente, a situação da mulher negra manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período da escravidão, apesar de algumas mudanças, pois ela ainda continua em último lugar na escala social e na escala do mercado de trabalho. Pesquisa do DIEESE (2005) mostra que a participação da mulher negra acima de 10 anos na População Economicamente Ativa (PEA) é bastante superior à da mulher branca, o que demonstra bem maior dependência da mulher negra do mercado de trabalho, mesmo que exerça ocupações com baixo nível de formalização, altas jornadas de trabalho e baixos salários. Ao mesmo tempo, o desemprego também é bem maior entre as mulheres negras:

Em um contexto de baixo crescimento econômico, como o ocorrido entre 1998 e 2003, a escassez de oportunidades de trabalho foi sentida de maneira mais aguda pelas trabalhadoras negras. Em uma conjuntura mais adversa, como a que vem caracterizando o biênio 2004-2005, entretanto, não se observou melhora substancial desta situação (DIEESE, 2005, p. 3).

Apresentando menor nível de escolaridade, ficando atrás da mulher branca e do homem branco, as trabalhadoras negras começam a trabalhar mais cedo, mais intensamente, porém, a sua remuneração é bem menor.

É importante ressaltar que houve um grande avanço no nível educacional da mulher negra nos últimos anos. Mesmo assim, segundo Nilza (2003 apud SINGER, 1998), à medida que a mulher negra ascende no campo educacional, aumenta a sua dificuldade de inserção no mercado de trabalho, especialmente devido à concorrência. Em serviços domésticos que não representam prestígio, a concorrência é bem menor e, conseqüentemente, as mulheres negras têm livre acesso, e é nesse campo precisamente, onde se concentra um maior número de trabalhadoras negras. Onde se conclui que a população trabalhadora negra, especialmente a mulher, ainda trabalha, majoritariamente, em posições menos qualificadas e recebe os mais baixos salários.

Na atualidade, não se pode tratar a questão racial como elemento secundário, destacando apenas a problemática econômica. A posição social do negro não se baseia apenas na possibilidade de aquisição ou consumo de bens. Ainda há uma grande dificuldade da sociedade brasileira em assumir a questão racial como um problema que necessita ser enfrentado. Enquanto esse processo de enfrentamento não ocorrer, as desigualdades sociais

baseadas na discriminação racial continuarão, e com tendência ao acirramento, ainda mais quando se trata de igualdade de oportunidades em todos os aspectos da sociedade.

Em 2013, as mulheres negras respondiam por cerca de mais de um quarto da população brasileira. Eram quase 54 milhões de mulheres em uma população total que, naquele ano, alcançou 201,467 milhões de brasileiros(as). É importante deixar bem explícito que, aqui, a opção por se trabalhar com a categoria “negra”, é construída a partir da soma das categorias preta e parda, assim coletados pelo IBGE.

A análise da participação das mulheres negras no país mostra que, em 2013, do total de mulheres, 51,8% eram negras e 49,7% era brancas. O número de negras só começou a aumentar em 2008 e passou a ser maior que o número de brancas, tanto em termos absolutos quanto relativos. Em 2008 já havia 70 mil negras a mais que brancas, número que salta para quase 600 mil, em 2009 e mais de 1 milhão em 2013.

O aumento da população negra no país cresceu mais que a branca, isso não significou necessariamente um aumento da taxa de fecundidade ou natalidade, mas sim uma maior identidade, valorização e reconhecimento da população negra como tal. Ou seja, há mudanças de como as pessoas percebem e declaram a sua cor ou raça e isso tem sido influenciado pela inserção cada vez mais intensa, seja via movimentos sociais, seja via ação do Governo.

A maioria da população do Norte do país possui descendência africana. Em 2005, a população total de mulheres negras, em valores relativos, era de 74,6 %, comparado com as mulheres brancas que possuía 24,8%. Em 2009, a população afrodescendente feminina nessa região foi de 74,8%, a etnia branca feminina nessa região atingiu 24,6% de acordo com os dados da PNAD. Em 2013, as mulheres negras dessa região já ultrapassavam 74,3% da população comparado com as brancas que era de 23,9%.

Como no norte, o nordeste também possui um número elevado de habitantes afrodescendentes, a população relativa negra feminina dessa região que em 2005 era de 69%, passou para 69,6% em 2009. A população branca feminina em 2005 foi de 30,6% e em 2009 foi de 30,1%. Em 2013 a população afrodescendente feminina chegou a 70,9% e a branca chegou ao patamar de 28,9%, uma constante redução de mulheres brancas desde 2009.

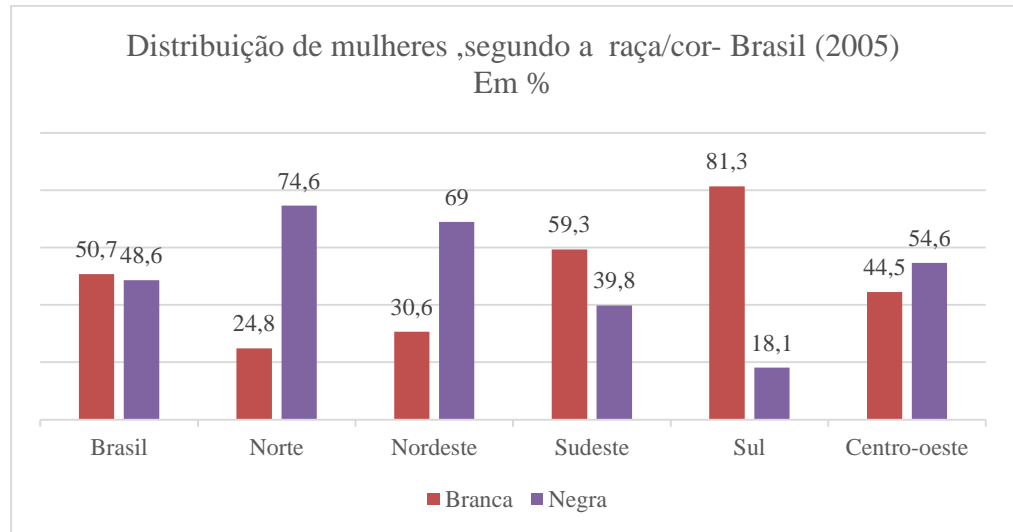
A população feminina negra na região centro-oeste não é tão concentrada como nas regiões norte e nordeste do Brasil, mas mesmo assim a população negra é um pouco maior que a população branca. Em 2005, a população feminina de afrodescendentes em termos relativos chegou a 54,6% comparada à população feminina branca que abrangia 44,5%. Em 2009 as afrodescendentes eram de 56,7% nessa região, um aumento de 2,1 p.p de 2005 a 2009. O total de mulheres brancas em 2009 na região centro-oeste foi de 42,4%, percebe-se

que essa população reduziu-se no mesmo nível que aumentou a população de mulheres negras, ou seja, 2,1 p.p. Em 2013, a população de negras continuou aumentando no centro-oeste e chegou a 57,5%, ao contrário disso, a população feminina branca caiu ainda mais, teve uma porcentagem bem baixa comparada aos demais anos, que foi de 41,7%.

O sudeste não concentra uma grande quantidade de negros, a grande maioria dessa população é de etnia branca. A população de mulheres negras em 2005 nessa região foi de 39,8%, comparado com a população de mulheres brancas que atingiu 59,3% nesse mesmo período. No ano de 2009, a população de mulheres negras aumentou e chegou ao patamar de 41,2%, as mulheres brancas nesse período eram 57,8% da população total relativa. Em 2013, a população afrodescendente feminina continuou a subir gradativamente, nesse ano a porcentagem era de 43,8% e as mulheres brancas de 55,4%.

O sul é o Estado que concentra a menor porcentagem da população negra do país. No ano de 2005, a porcentagem de mulheres negras foi de 18,1% e das mulheres brancas foi de 81,3%, chegando no seu patamar mais alto. Em 2009, houve um pequeno aumento na população de mulheres negras, um aumento de 1,8 p.p, chegando a 19,9% no total relativo da população feminina dessa região. Ao contrário disso, a população de mulheres brancas no sul diminuiu e chegou a 79,4% do total da população relativa feminina, nesse mesmo período. Em 2013, a população feminina de afrodescendentes continuou crescendo e chegou a uma porcentagem de 22%. Nesse mesmo período a população de mulheres brancas dessa região continuava a decrescer e atingiu 77,2%, uma redução de 2,2 p.p comparado ao ano de 2009. A seguir, serão mostrados os gráficos 1,2 e 3 da distribuição feminina, segundo raça/cor nas grandes regiões nos anos de 2005, 2009 e 2013.

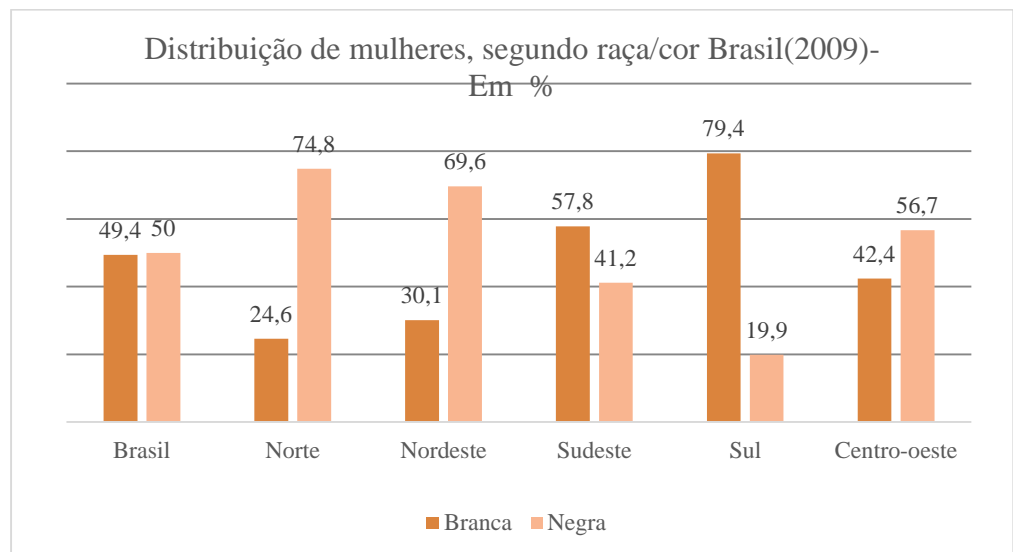
Gráfico 1



Fonte: IBGE/PNAD (2005)

\* A categoria negra é formado pela soma de pretos e pardos

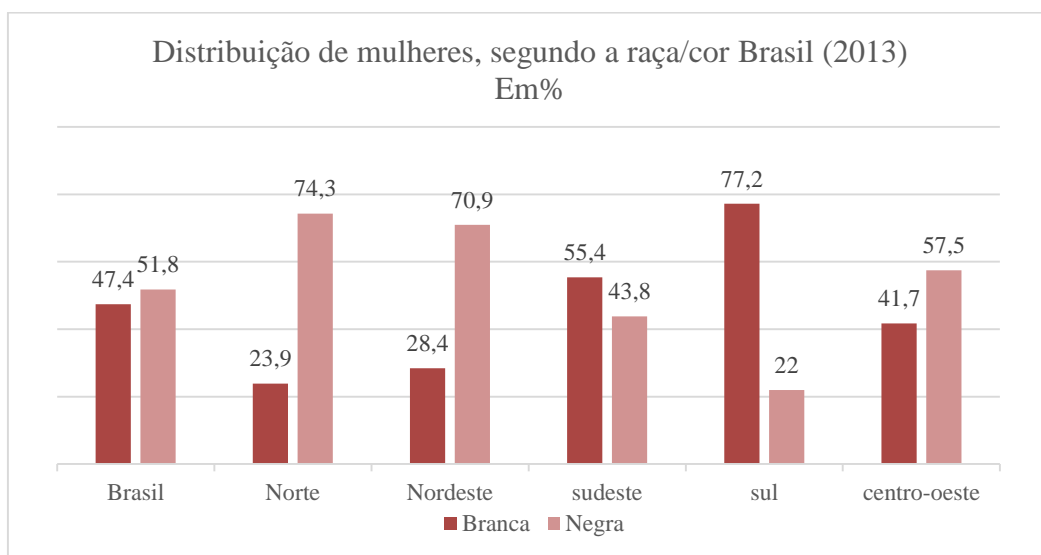
Gráfico 2



Fonte: IBGE/PNAD (2009)

\* A categoria negra é formada pela soma de pretos e pardos.

Gráfico 3



Fonte: IBGE/PNAD (2013)

\* A categoria negra é formada pela soma de pretos e pardos

## 4 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS

Nos anos 90, as mulheres negras possuíam uma escolarização baixa, principalmente, no Ensino Médio e Superior, chegando a taxa de 20% no ensino médio e abaixo de 10% no ensino superior. Após 1998, a taxa de escolarização das mulheres negras no ensino médio aumentou chegando a meados de 2001 ao valor relativo de 28,7% e em 2009 a 49,7% e no ano de 2013 essa taxa ultrapassou os 50%, chegando a 55,3%.

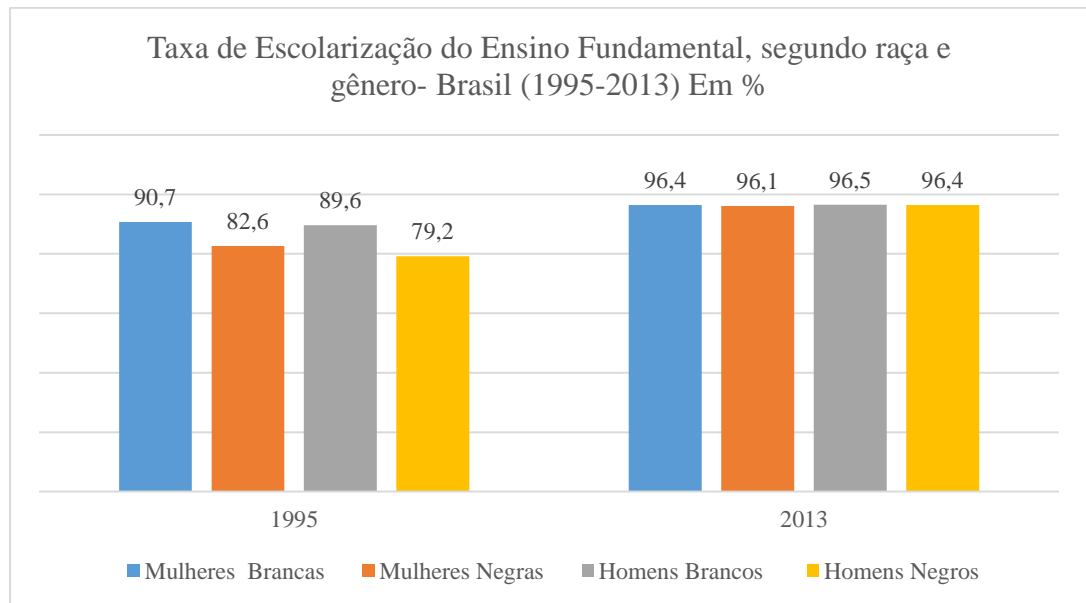
### 4.1 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

A taxa de escolarização nesse nível de ensino chegou ao total de 85,5% em 1995, passando para 96,3%, em 2013. As mulheres negras obtiveram uma taxa de escolarização de 82,6% em 1995, e em 2013 essa taxa foi de 96,1% da população feminina afrodescendente. Entre as mulheres brancas a taxa foi de 90,7% e passou para 96,4% em 2013. Em relação aos homens brancos, a taxa em 1995 foi de 89,6% e passou para 96,5% em 2013, já entre os homens negros foi de 79,2% e passou para 96,4% nesse mesmo período.

Comparando-se as quatro categorias segundo raça e gênero, mulher branca, mulher negra, homem branco e homem negro nota-se que a taxa de escolarização da mulher branca no ensino fundamental em 2013 foi igual ao do homem negro e a taxa de escolarização do homem branco foi maior em comparação com as outras categorias. A mulher negra em 2013 ocupava a quarta posição que geralmente era ocupada pelo homem negro, com uma taxa um pouco menor em comparação com as taxas dos outros grupos. A diferença percentual da mulher negra comparada à mulher branca e ao homem negro foi de 0,3 p.p. O homem branco ficou a 0,1 p.p em comparação com a mulher branca. É notável que nesse caso a hierarquização no ensino fundamental mudou um pouco as posições dos grupos analisados, assim ficaram os grupos: Homens Brancos, Mulheres Brancas, Homens Negros e Mulheres Negras. O gráfico 4, mostra as taxas de escolarização no Ensino Fundamental segundo raça e gênero.



Gráfico 4



Fonte: PNAD/IBGE

\*A categoria negra é a soma de pretos e pardos

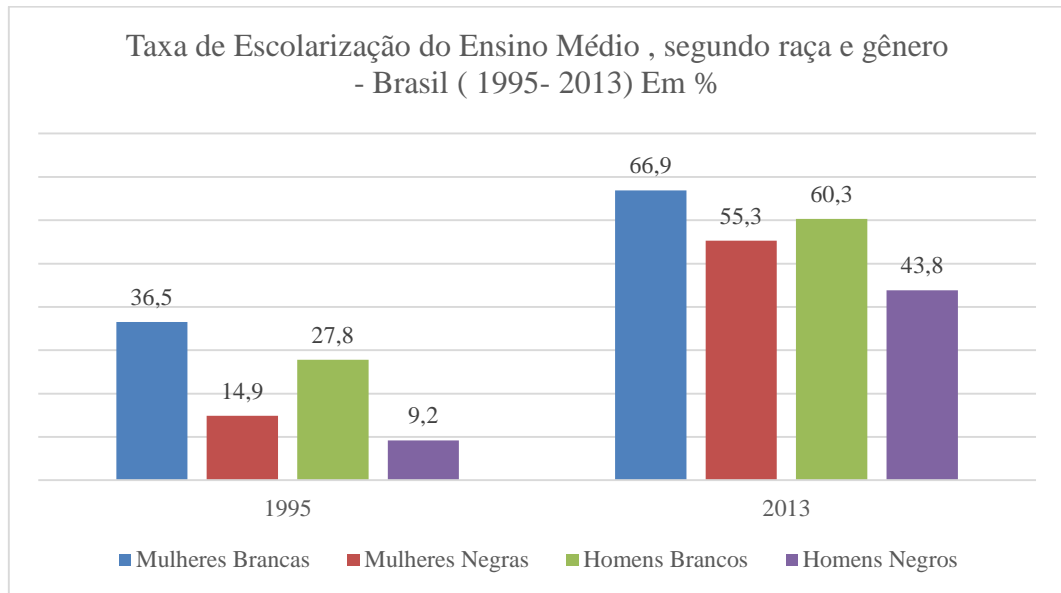
#### 4.2 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Analisando os dados sobre o ensino médio, têm-se uma situação com fortes desigualdades neste nível escolar, mesmo com os avanços para todos os grupos, a raça negra obteve 12,0 % em 1995 de pessoas com ensino médio e a raça branca 32,1% nesse mesmo ano. Em 2013 a raça negra atingiu a taxa de escolarização de 49,3% e a raça branca de 63,7%. As mulheres negras conseguiram alcançar uma taxa de 14,9% em 1995 e em 2013, essa taxa foi de 55,3%, um aumento de 40,4 p.p. As mulheres brancas atingiram uma taxa de 36,5% em 1995 e em 2013 essa taxa foi de 66,9%. Os homens brancos obtiveram uma taxa de 27,8% em 1995 e em 2013 a taxa foi de 60,3%. Para os homens negros essa taxa foi de 9,2% em 1995 e em 2013 atingiu o patamar de 43,8%.

Percebe-se que no nível de ensino médio, as taxas de escolarização estão bem baixas em comparação com a do ensino fundamental, isso mostra que houve uma grande evasão escolar nesse nível de ensino devido a que, a grande maioria já entrara no mercado de trabalho, principalmente nos anos 90. Após o ano 2000, as taxas de escolarização do ensino médio começam a crescer gradativamente, isso quer dizer que mais pessoas estão terminando o ensino médio, ou seja, as pessoas estão dedicando-se mais aos estudos antes de partirem para o mercado de trabalho ou conciliando a jornada de trabalho com os estudos. O gráfico 5

mostra as taxas de escolarização do ensino médio , segundo raça e gênero no ano de 1995 e 2013.

Gráfico 5



Fonte: PNAD/IBGE

\*A categoria negra é a soma de pretos e pardos

#### 4.3 TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

No que se diz respeito ao ensino superior nos anos 90, o que se dá para afirmar é que as mulheres negras e homens negros mantinham taxas muito baixas, relativamente estáveis e próximas. A partir de 2001 apresentaram um crescimento da participação das negras no ensino superior e em 2003 elas ultrapassaram 5% da taxa. Após o crescimento de mulheres negras no ensino superior, os homens negros tendiam também a crescer a sua taxa de escolarização nesse nível de ensino.

Em 1995 a taxa de escolarização do ensino superior para a raça negra foi de 2,0% enquanto a da branca era de 9,1%. Em 2013, a taxa para raça negra chegou ao patamar de 10,8% e a branca atingiu 23,7%. As mulheres negras obtinham uma taxa de 2,4% em 1995 e em 2013 foi de 12,8%, aumento de 10,4 p.p. A taxa de escolarização no ensino superior das mulheres brancas foi de 9,9% em 1995 e alcançou uma porcentagem em 2013 de 26,5%.

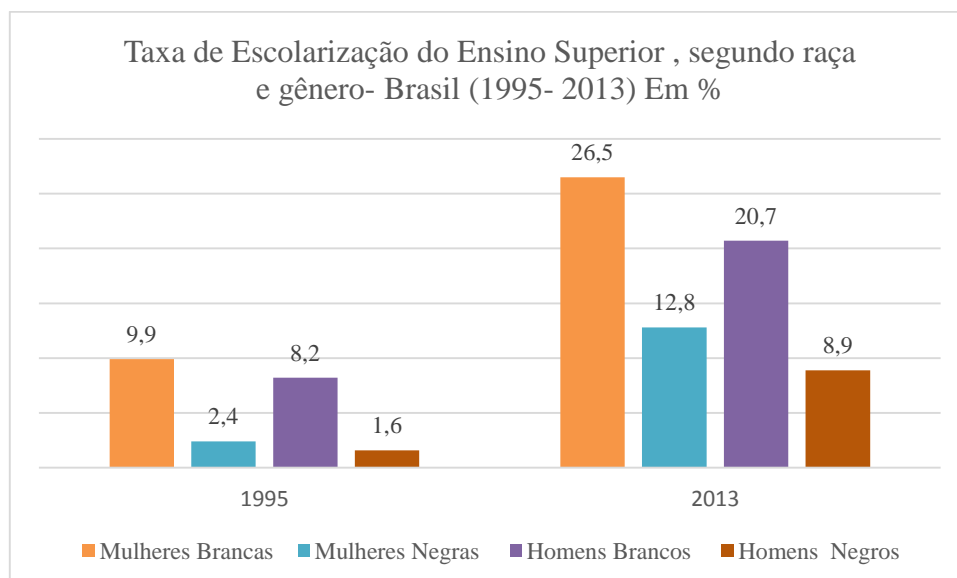
A taxa de escolarização dos homens negros no ensino superior em 1995 foi de apenas 1,6% e em 2013 essa taxa foi de 8,9%. Para os homens brancos, a taxa de escolarização em 1995 foi de 8,2% e em 2013 atingiu os 20,7%.

Considerando os dados analisados, percebe-se que a universalização do ensino melhorou a posição dos negros. Contudo, isso não foi o suficiente para reduzir as desigualdades entre as raças na pirâmide educacional.

Observa-se que houve um aumento da taxa de escolarização para todos os grupos, em todos os níveis educacionais. Tais avanços pode ser um tanto impactante na configuração dos cenários vindouros referentes ao perfil de mão de obra e das desigualdades entre as categorias que as compõe. Entretanto, as melhorias ocasionadas no nível educacional de raças e gêneros não levaram à equalização, mantendo-se ainda as distâncias entre os grupos raciais e de gênero, principalmente nos níveis mais elevados de ensino, como o ensino superior (graduação e pós-graduação).

Observando-se os dados se vê que em geral as mulheres brancas apresentaram taxas maiores de escolarização, em contrapartida os homens negros possuem as piores taxas. Os homens brancos se alocam na segunda posição, enquanto as mulheres negras ocupam o terceiro lugar.

Gráfico 6



Fonte: PNAD/IBGE

\*A categoria negra é a soma de pretos e pardos.

## **5 RAÇA E GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO**

O mercado de trabalho é um locus privilegiado de análise das desigualdades, uma vez que tanto o acesso a ele quanto a condução de ingresso representam ser particularmente importantes para cada indivíduo em sua trajetória socioeconômica. Além disso, atualmente, o mundo empregatício está totalmente conectado a dimensão educacional de cada indivíduo, representando, portanto, duas faces de um mesmo momento: a posição inicial ao ingresso no mercado de trabalho é impulsionada pelas características educacionais e gera um grande efeito sobre a trajetória subsequente das pessoas. Mas há um forte fator fundamental neste processo, que são os efeitos discriminatórios produzidos pelo mercado de trabalho. As desigualdades de acesso a determinados ramos de atividade, assim como o ingresso em ocupações menos formais.

As mulheres negras no mercado de trabalho sofrem dupla discriminação, por serem mulheres e por serem negras, elas acabam sendo menos favorecidas no mundo empregatício, muitas delas trabalham sem carteira assinada, ocupam funções de menor prestígio e ganham os piores salários. Mesmo melhorando o seu nível educacional, elas tendem ainda a estarem na base da pirâmide. Isso ocorre devido a grande concorrência e também à discriminação no mercado de trabalho, as melhorias em seu nível de instrução acarretam em maior desafio e persistência dessas mulheres para atingirem seus objetivos.

### **5.1 TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO**

Entre os anos de 1995 a 2013, a taxa de participação na PEA (População Economicamente Ativa) manteve-se quase relativamente estável em quase todos os grupos de idade, exceto para os grupos mais novos, de 10 a 15 e 16 a 17 anos (quadro 1). Nos casos dos mais jovens, principalmente de 10 a 15 anos houve redução das suas taxas, isso demonstra um efeito positivo para essa geração. Essa faixa etária corresponde aproximadamente à idade adequada à frequência ao ensino fundamental, reduzindo-se de 24,3% em 1995 para 7,4% em 2013. Percebe-se, portanto, que tanto a população mais jovem (que ainda não concluiu as etapas escolares) quanto a população mais velha (que não se beneficiou da ampliação ao acesso à educação e que está se retirando do mercado de trabalho) apresentam menor taxa de participação. Atualmente, torna-se cada vez mais importante a conclusão dos níveis

educacionais do ensino básico e a obtenção de capacitação para qualificar-se por postos de trabalho.

Em 2013 a taxa total de participação no mercado de trabalho foi de 59,7%, menor que em 1995 que foi de 61,3%. A taxa total de participação feminina em 2013 foi de 50,1% superando o ano de 1995 que foi de 48,1%. A taxa total de participação masculina em 1995 atingiu o patamar de 75,3% e reduziu em 2013 a 70,1%, percebe-se que o homem é a grande maioria no mercado de trabalho e tem mais facilidade de se inserir do que a mulher. A seguir, o quadro 1 mostra as taxas de participação no mercado de trabalho no ano de 1995 e 2013.

Quadro 1- Taxa de participação da população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça, localização do domicílio e faixa etária – Brasil (1995 a 2013)  
(Em %)

(continua)

Cor/Raça	Faixa Etária	Total		Masculino		Feminino	
		1995	2013	1995	2013	1995	2013
	<b>Total</b>	<b>61,3</b>	<b>59,7</b>	<b>75,3</b>	<b>70,1</b>	<b>48,1</b>	<b>50,1</b>
	10 a 15 anos	24,3	7,4	31,0	9,4	17,5	5,4
	16 e 17 anos	55,1	34,3	67,6	40,3	41,8	27,9
Total	18 a 24 anos	72,9	70,5	87,0	79,7	58,8	61,1
	25 a 29 anos	78,2	81,6	95,2	92,2	62,7	71,6
	30 a 44 anos	80,8	82,9	96,1	94,1	66,4	72,6
	45 a 59 anos	69,3	71,5	87,5	86,0	52,7	58,5
	60 anos ou mais	33,4	27,9	49,4	40,9	20,4	17,4
	<b>Total</b>	<b>60,9</b>	<b>60,1</b>	<b>75,0</b>	<b>70,2</b>	<b>48,1</b>	<b>51,3</b>
	10 a 15 anos	21,2	6,1	26,9	7,4	15,7	4,7
	16 e 17 anos	53,0	33,5	64,4	38,0	41,3	29,0
Branca	18 a 24 anos	73,0	71,9	86,3	79,3	60,6	64,8
	25 a 29 anos	78,6	84,0	95,8	92,5	63,6	76,2
	30 a 44 anos	80,9	84,3	96,4	94,7	66,7	75,1
	45 a 59 anos	67,8	72,0	86,7	86,3	51,0	59,7
	60 anos ou mais	30,5	26,2	46,5	39,5	17,9	16,1

(conclusão)

Cor/Raça	Faixa Etária	Total		Masculino		Feminino	
		1995	2013	1995	2013	1995	2013
	<b>Total</b>	<b>61,9</b>	<b>59,4</b>	<b>75,8</b>	<b>70,0</b>	<b>48,2</b>	<b>49,0</b>
	10 a 15 anos	27,3	8,3	35,0	10,6	19,3	5,8
	16 e 17 anos	57,2	34,8	70,7	41,8	42,5	27,1
Negra	18 a 24 anos	72,7	69,3	87,8	80,0	56,6	58,0
	25 a 29 anos	77,5	79,8	94,5	92,0	61,7	67,8
	30 a 44 anos	80,6	81,8	95,7	93,6	66,0	70,3
	45 a 59 anos	71,5	71,1	88,6	85,8	55,3	57,3
	60 anos mais	38,0	29,9	53,7	42,5	24,4	19,1

Fonte: PNAD/IBGE

\*A população negra é composta por pretos e pardos.

A taxa total de participação da população branca em 1995 foi de 60,9% e atingiu 60,1% em 2013, praticamente estável, e a taxa total da população negra foi de 61,9% em 1995 e de 59,4% em 2013, isso aconteceu porque houve uma redução de pessoas de 10 anos a 17 anos trabalhando, isso contribui para um maior número de crianças e adolescentes na escola. A taxa total de participação da mulher negra foi de 48,2% em 1995 e a taxa total da mulher branca foi de 48,1% neste mesmo ano. Em 2013 a taxa total de participação da mulher negra foi de 49,0% comparada com a da mulher branca que foi de 51,3%. A participação do homem negro no mercado de trabalho era de 75,8% em 1995 e 2013 passou para 70,0%, redução de 5,8 p.p, e o homem branco foi de 75,0% para 70,2%. O que dá para perceber, é que a taxa de participação masculina negra e branca, mesmo sendo a maioria teve um recuo em 2013 e a taxa de participação feminina negra e branca aumentou, mas mesmo assim a mulher negra ainda continua como base da pirâmide no mercado de trabalho.

## 5.2 TAXA DE DESOCUPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Observadas a seguir as taxas de desocupação - a taxa de desocupação é o quociente entre a população desocupada e a população economicamente ativa (PEA) – também é possível constatar como a escolarização é um indicador importante para ingressar no mercado de trabalho. O quadro 2 traz essa informação sobre isso.

Quadro 2- Taxa de desocupação das pessoas com 16 anos ou mais de idade, por sexo, segundo cor/raça e grupos anos de estudo- Brasil (1995 - 2013) Em %

Cor/Raça	Anos de Estudo	Total		Masculino		Feminino	
		1995	2013	1995	2013	1995	2013
Total	<b>Total</b>	<b>5,8</b>	<b>6,4</b>	<b>5,0</b>	<b>4,8</b>	<b>7,0</b>	<b>8,3</b>
	Menos de 1 ano	3,2	3,8	3,0	3,1	3,4	5,5
	De 1 a 4 anos	4,5	3,7	4,2	2,9	5,0	5,1
	De 5 a 8 anos	8,5	7,2	7,1	5,7	10,8	9,8
	De 9 a 11 anos	7,7	8,4	6,0	6,1	9,5	11,0
	12 anos ou mais	3,3	4,5	2,7	3,6	4,0	5,3
Branca	<b>Total</b>	<b>5,4</b>	<b>5,3</b>	<b>4,6</b>	<b>4,1</b>	<b>6,4</b>	<b>6,6</b>
	Menos de 1 ano	2,9	3,8	2,8	2,9	3,1	5,6
	De 1 a 4 anos	4,0	2,7	3,8	2,2	4,3	3,5
	De 5 a 8 anos	7,3	5,6	6,2	4,5	9,2	7,4
	De 9 a 11 anos	7,2	7,0	5,8	5,3	8,8	8,9
	12 anos ou mais	3,2	4,0	2,5	3,2	4,0	4,7
Negra	<b>Total</b>	<b>6,4</b>	<b>7,4</b>	<b>5,4</b>	<b>5,4</b>	<b>7,9</b>	<b>10,0</b>
	Menos de 1 ano	3,3	3,8	3,1	3,1	3,6	5,4
	De 1 a 4 anos	5,1	4,3	4,6	3,3	5,8	6,1
	De 5 a 8 anos	10,2	8,3	8,4	6,5	13,0	11,5
	De 9 a 11 anos	8,6	9,7	6,6	6,9	10,7	12,9
	12 anos mais	3,9	5,5	3,7	4,5	4,1	6,4

Fonte: PNAD/IBGE

\*A população negra é composta por pretos e pardos

Em primeiro lugar, é notório que a taxa de desemprego feminino é maior que a do masculino, tanto entre brancos quanto entre negros. Isso ocorre devido a disputa crescente entre homens e mulheres por postos de trabalho. O desemprego feminino aumenta as oportunidades de emprego para os homens, mesmo em setores tradicionalmente favoráveis às mulheres, como por exemplo, a área de serviços ou doméstico.

Em segundo lugar, considerando a educação dos grupos analisados, percebe-se que é nas faixas extremas – pessoas com menos de 1 ano de escolaridade e as pessoas com mais de 12 anos de escolaridade – que se encontram as menores taxas de desocupação para todos os grupos. Então, deve-se considerar que o desemprego afeta as mulheres com nível de instrução

intermediário (ensino médio incompleto e completo) e sem nenhum nível de escolaridade formal (analfabetas). Assim, estão mais protegidas do alto nível de desemprego as mulheres nos extremos superior (as que estão cursando ou cursaram o nível superior e pós graduação) e as que possuem escolaridade inferior (ensino fundamental incompleto ou completo).

As taxas de desocupação aumentam, tornando nítido o padrão hierárquico entre os quatro grupos, conforme as taxas de escolaridade, as mulheres negras apresentam a maior taxa de desocupação, seguidas das mulheres brancas, em terceiro lugar ficam os homens negros e por fim os homens brancos. Uma maior taxa de desocupação das mulheres dá para ser explicada, em grande parte, pela trajetória diferenciada em termos de inserção no mercado de trabalho, já que para as mulheres, impõe-se a difícil tarefa de conciliação do trabalho remunerado com os cuidados com a família.

O patamar máximo da taxa de desocupação foi de 10%, atingido pelas mulheres negras em 2013, ao passo que a menor taxa de desocupação foi de 4,1% obtida pelos homens brancos também em 2013.

### 5.3 POSIÇÃO OCUPACIONAL DE RAÇA E GÊNERO

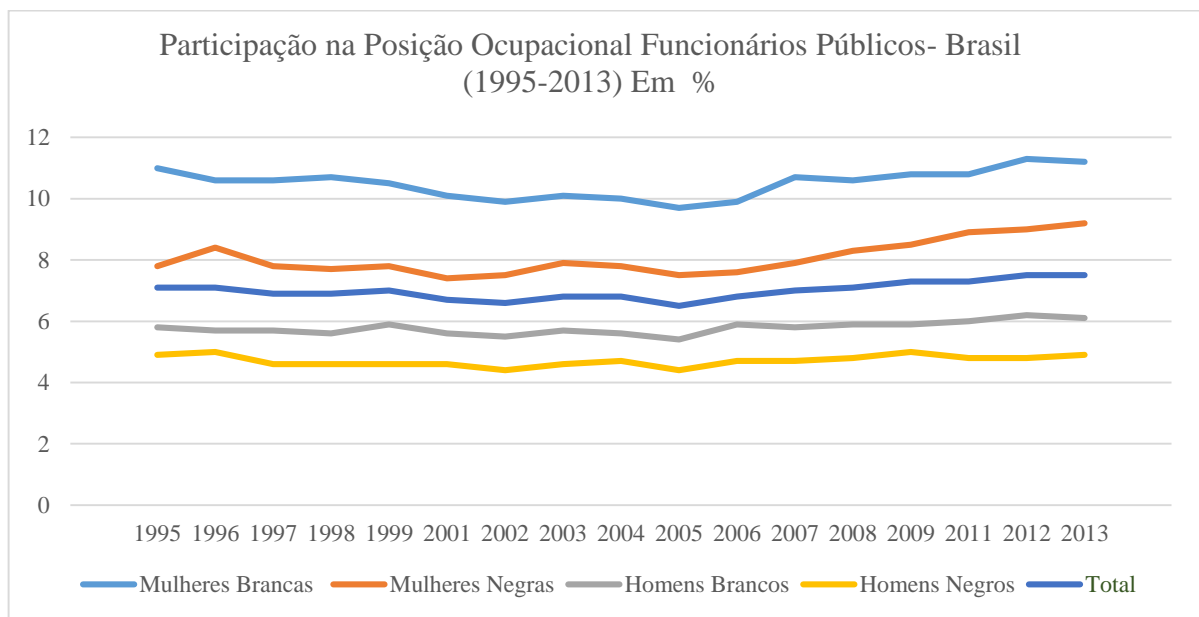
As mulheres tendem a se concentrar mais entre os trabalhadores não remunerados, trabalhadores domésticos e funcionários públicos, enquanto os homens têm uma elevada concentração em assalariados com e sem carteira assinada, que trabalham por conta própria ou que são empregadores. No caso da população negra, a principal característica de inserção no mercado de trabalho é a constituição dos chamados guetos ocupacionais com expressivos diferenciais de gênero (Lima, 2001). Quando há um entrecruzamento de raça e gênero, observa-se que há muitas mulheres negras no serviço doméstico, enquanto os homens negros se concentram na indústria (principalmente na indústria de construção civil) e serviços gerais, onde predominam baixos salários e um alto índice de informalidade.

Considerando as porcentagens da participação da população ocupada com 16 anos ou mais, segundo a posição na ocupação, percebem-se padrões distintos, segundo a raça e o gênero. Na categoria de funcionários públicos, em 1995 o total dessa categoria foi de 7,1% e em 2013 passou para 7,5%. As mulheres obtiveram nessa categoria 9,7% em 1995 e em 2013 conseguiram atingir 10,2%. A porcentagem de homens brancos em 1995 foi de 5,8% e em 2013 foi de 6,1%, os homens negros em 1995 representavam 4,9% mantendo esta mesma porcentagem em 2013. As mulheres brancas em 1995 eram 11% e em 2013 passou para



11,2%, a porcentagem das mulheres negras foi de 7,8% em 1995 e em 2013 foi para 9,2%. O que dá para afirmar, pela análise dos dados, é que as mulheres são a maioria no serviço público, principalmente a mulher branca têm um maior destaque, em segundo a mulher negra, em terceiro fica o homem branco e por último, o homem negro. A seguir, o gráfico 7 mostra as taxas de participação na posição ocupacional como funcionários públicos no ano de 1995 e 2013.

Gráfico 7



Fonte: PNAD/IBGE

\*A PNAD não foi realizada no ano de 2000 e 2010

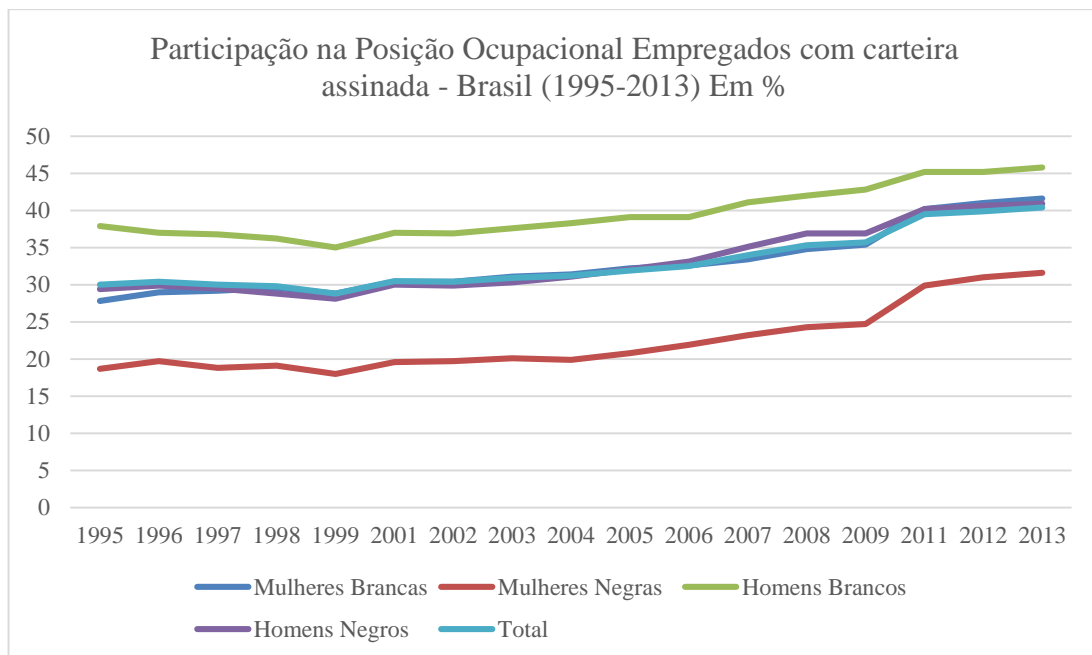
\*\*A população negra é composta por pretos e pardos

Na categoria Funcionários Públicos, cujo ingresso exige impessoalidade, meritocracia e certo grau de escolarização, dado o caráter do concurso público, percebe-se que, nestes segmentos, de um modo geral, as mulheres possuem boa inserção, chegando a superar os homens. O serviço público faz com que haja a porta de mobilidade social dos negros e das mulheres no mercado de trabalho.

A partir de 2003, o emprego com carteira assinada, apresentou as porcentagens mais elevadas, aumentando para os quatro grupos considerados. Considerando o ano de 2013, cerca de 45,8% dos homens brancos, estão nessa categoria, enquanto no sentido contrário estão as mulheres negras com cerca de 31,6%, nos segmentos intermediários, constam as mulheres brancas com 41,6 % e os homens negros com 40,9%. Os diferenciais de raça e gênero têm peso expressivo quando combinados. O que pode ser percebido é que as mulheres brancas, em

geral, são muito mais escolarizadas, apresentam taxas de participação quase similares a dos homens negros, que possuem piores taxas de escolarização. Ademais, as mulheres negras que também são mais educadas em relação aos homens negros, tem a menor participação nesta categoria. O gráfico 8 a seguir, mostra as taxas de participação na posição ocupacional de empregados com carteira assinada.

Gráfico 8



Fonte: PNAD/IBGE

\*A PNAD não foi realizada nos anos 2000 e 2010

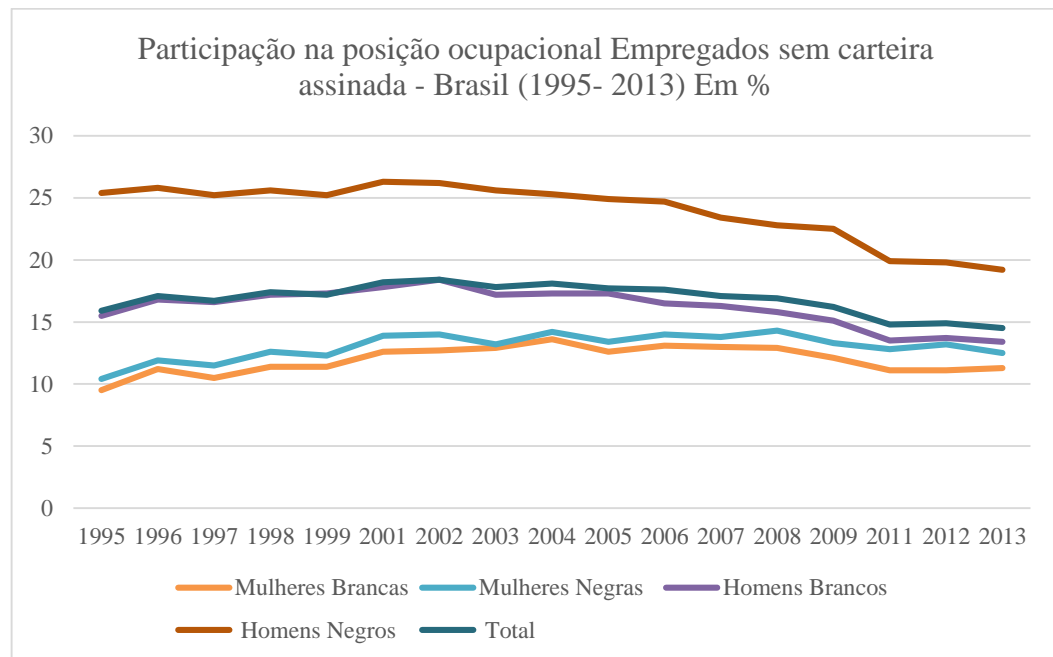
\*\*A população negra é composta por pretos e pardos

Na categoria dos empregados sem carteira assinada, verifica-se uma condição ocupacional bastante precária, uma vez que não há formalização e nem sequer garantias de direitos trabalhistas. Nessa categoria se destacam os homens negros com maior participação, que no ano de 1995 compunham 25,4% de trabalhadores informais, sofrendo uma redução no ano de 2013 chegando a uma porcentagem de 19,2%. Em seguida os homens brancos, com 15,5% em 1995 após um pequeno aumento em 1998, quando passou para 13,4% em 2013. As mulheres negras ficaram em terceiro lugar, com porcentagem de 10,4%, chegando ao patamar de 12,5% em 2013. As mulheres brancas têm menor participação nessa categoria, mas mesmo assim apresentaram em 1995 uma porcentagem de 9,5% e passaram para 11,3% em 2013.

O que deu para perceber na análise dos dados foi que as mulheres, independente de raça, estão inseridas em ocupações que não oferecem uma proteção social em maior

quantidade que os homens, o que mostra as desigualdades de gênero no acesso ao mercado de trabalho. Ou seja, isso quer dizer que os homens tem de se estabilizarem nas ocupações mais protegidas, enquanto elas são alocadas em ocupações com maior precariedade social.

Gráfico 9



Fonte: PNAD/IBGE

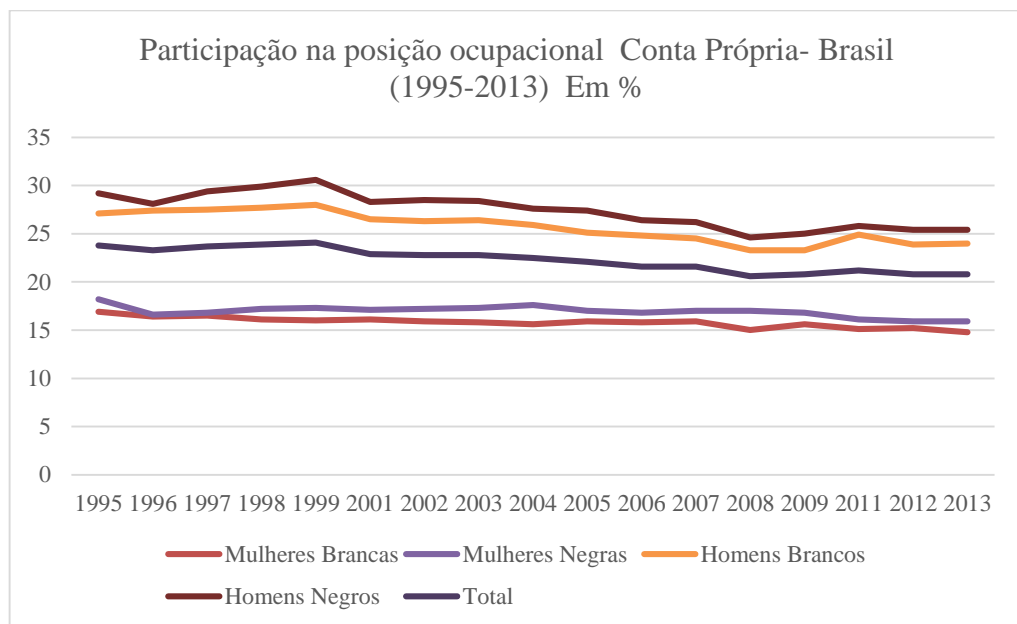
\*A PNAD não foi realizada no ano de 2000 e 2010.

\*\*A população negra é composta por pretos e pardos.

Na categoria conta própria (ou seja, as pessoas que trabalham como autônomos, principalmente vendedores autônomos), essa categoria possui perfil de grande heterogeneidade. Nessa categoria, mesmo apresentando uma redução no período considerado, os homens ainda continuam sendo a maioria nesse segmento. Entre as mulheres, a participação das negras foi de 18,3% em 1995, atingindo em 2013 uma percentagem de 15,9%. A participação das mulheres brancas foi de 16,9% em 1995, reduzindo a participação nessa categoria para uma percentagem de 14,8% em 2013, ficando muito abaixo da percentagem de participação das mulheres negras no mesmo período. Os homens negros obtiveram 29,2% em 1995 e em 2013 atingiram 25,4%. Os homens brancos conseguiram em 1995 a percentagem de 27,1% e em 2013 a percentagem foi de 24,0%. Percebe-se que o homem negro em comparação com o homem branco tem maior participação nessa categoria, o mesmo acontece com a mulher negra em comparação com a mulher branca. Isso quer dizer que, quando estão desempregados eles conseguem ter renda executando trabalhos autônomos,

por exemplo, como vendedores ambulantes ou até mesmo como vendedores formais com registro de firma, como, por exemplo, os MEIS (Microempreendedores individuais). A seguir, o gráfico 10 mostra as taxas de participação na posição ocupacional por conta própria.

Gráfico 10



Fonte: PNAD/IBGE

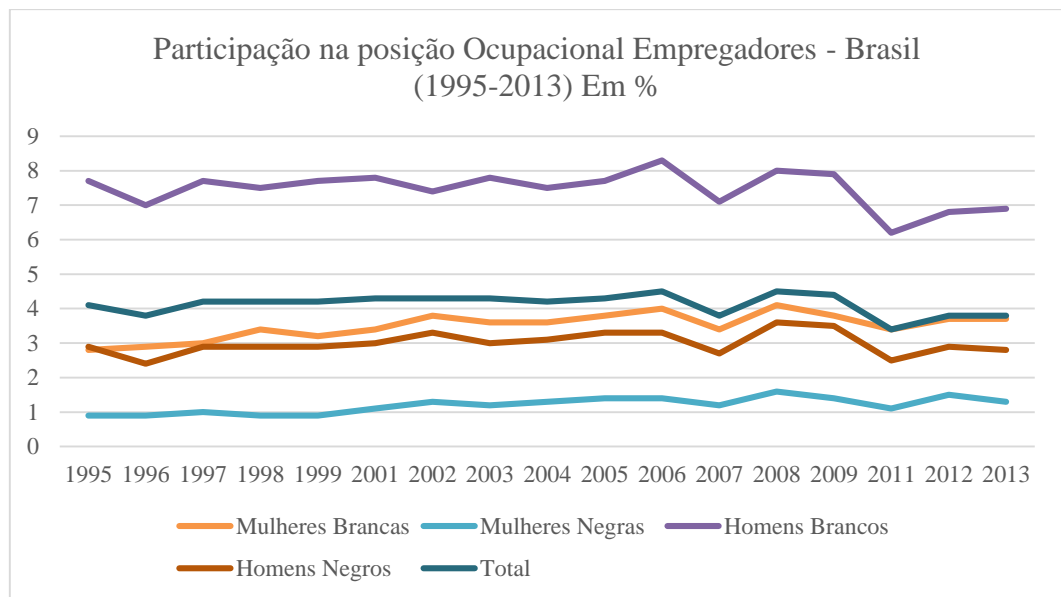
\*A PNAD não foi realizada nos anos de 2000 e 2010.

\*\*A população negra é composta por pretos e pardos.

Na categoria Empregadores, os homens brancos possuíam 7,7% em 1995 e em 2013 atingiram 6,9%, uma redução de 0,8 p.p. Os homens negros conseguiram atingir uma porcentagem bem abaixo em comparação aos homens brancos, em 1995 os homens negros obtiveram 2,9 % e em 2013 alcançaram 2,8 %, mesmo ocorrendo alguns aumentos em 2001 a 2009, exceto em 2007 quando houve uma redução, os homens negros em todo esse período analisado se mantiveram sempre abaixo dos 4%. As mulheres brancas obtiveram 2,8% em 1995 e em 2013 atingiram 3,7%, as porcentagens das mulheres brancas são quase as mesmas porcentagens dos homens negros nessa categoria. As porcentagens das mulheres negras como Empregadoras são bem baixas, em 1995 elas atingiram o patamar de 0,9% e em 2013 elas conseguiram atingir somente 1,3%, ficando bem abaixo em comparação com as mulheres brancas. Em todo período analisado, as mulheres negras não conseguiram chegar perto dos 2%. A predominância em relação a essa ocupação de Empregador se dá pela raça branca e

grande maioria masculina, ou seja, os homens brancos lideram essa categoria, em segundo lugar as mulheres brancas, em terceiro os homens negros e em quarto e último as mulheres negras. Nessa categoria, houve uma enorme disparidade entre as raças e gêneros, como em quase toda a análise desse capítulo, as mulheres negras ainda permanecem na base da pirâmide do mercado de trabalho.

Gráfico 11



Fonte: PNAD/IBGE

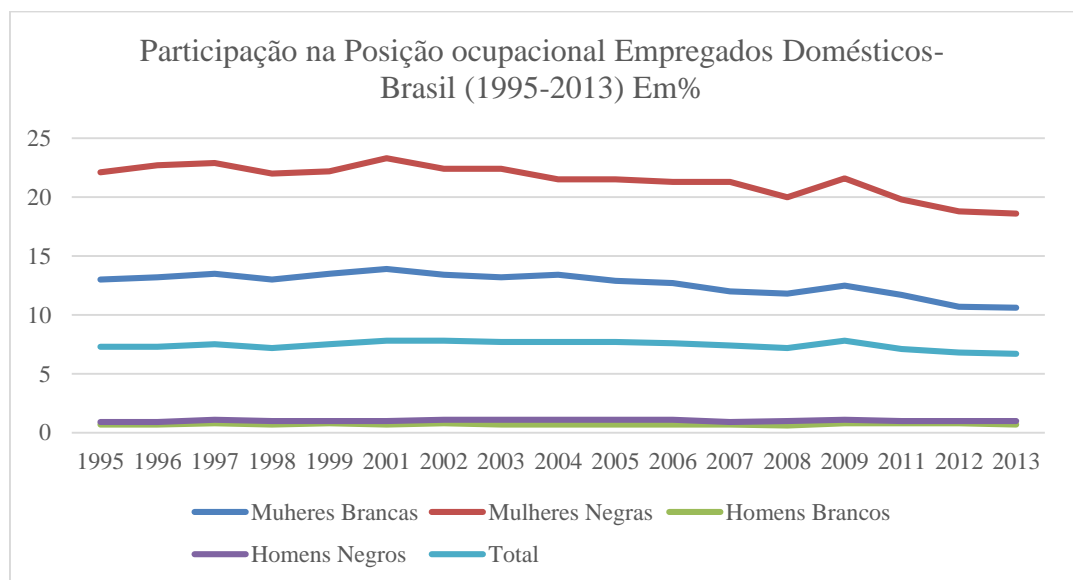
\*A PNAD não foi realizada nos anos de 2000 e 2010.

\*\* A população negra é composta por pretos e pardos

A última categoria a ser analisada é a dos empregados domésticos, segundo os dados da PNAD, em 2009 havia mais de 7 milhões de trabalhadores domésticos, das quais 500 mil eram homens. A categoria de empregados domésticos possui na sua grande maioria mulheres, e somente uma pequena porcentagem de homens. Há uma grande concentração de mulheres negras nessa categoria, em 1995 elas eram 22,1% e 2013 eram 18,6% de empregadas domésticas. A porcentagem de mulheres brancas chegou a 13% em 1995 e em 2013 a 10,6%. Os homens brancos obtiveram em 1995 uma porcentagem de 0,7% e em 2013 chegaram ao mesmo patamar de 1995, o mesmo 0,7%. Os homens negros obtiveram 0,9 % em 1995 e atingiram 1% em 2013. Percebe-se que no ano de 2013, as mulheres brancas e negras reduziram sua participação nessa categoria, um dos motivos seria a melhoria do seu nível educacional, ou a mobilidade para outra categoria, ou aumento do desemprego.

A grande concentração de mulheres negras na ocupação de empregada doméstica instiga a atenção de alguns autores, como por exemplo, Florestan Fernandes, Carlos Hasenbalg e outros, estes autores veem a presença negra nessa ocupação como sendo uma herança arcaica da escravidão, por se tratar de um trabalho manual, pouco remunerado, com forte presença da informalidade, pessoalidade e sem perspectiva de crescimento na carreira, e acima de tudo, por não possuir até há pouco tempo os direitos trabalhistas equiparados aos demais trabalhadores protegidos. O trabalho doméstico é um dos principais meios de sustento das famílias chefiadas por mulheres, o serviço doméstico marca uma posição na estrutura ocupacional por gênero e raça, pela ausência da escolaridade, pela origem regional e pelos baixos rendimentos.

Gráfico 12



Fonte:PNAD/IBGE

\* A PNAD não foi realizada nos anos de 2000 e 2010.

\*\*A população negra é composta por pretos e pardos

#### 5.4 RENDIMENTOS DE RAÇA E GÊNERO

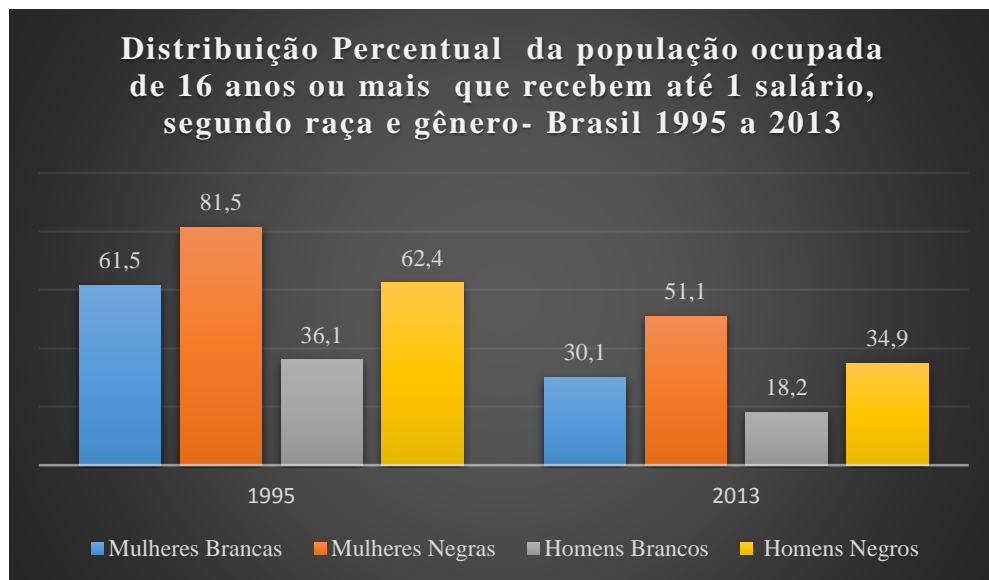
O total dos homens que recebiam um salário mínimo em 1995 era de 47,8% e passou para 27,3% em 2013. O total de mulheres que recebiam um salário mínimo em 1995 era de 70,0% e foi para 40,6% em 2013. O total de homens que ganhavam mais de três salários mínimos era de 8,7% em 1995 e em 2013 passou a ser de 9,0%. As mulheres que recebiam mais de três salários mínimos era de 4,5% em 1995 e em 2013 essa percentagem atingiu o

patamar de 5,8%. Nota-se que as maiores porcentagens da população se concentram na faixa de um salário mínimo, isso quer dizer que quando vai aumentando a faixa de salários, menores ficarão as porcentagens, ou seja, quando analisam-se as porcentagens da população que ganham acima de três salários mínimos, elas (as porcentagens) são menores.

A porcentagem de homens brancos que ganhavam um salário mínimo em 1995 foi de 36,1% e em 2013 foi de 18,2%. Os homens negros que recebiam até um salário mínimo em 1995 era de 62,4%, esta porcentagem foi maior para os homens negros do que para os homens brancos, e em 2013 essa porcentagem chegou a 34,9% .

As mulheres brancas que ganhavam até um salário mínimo era de 61,5% em 1995 e 2013 foi de 30,1%. A porcentagem de mulheres negras em 1995 com um salário mínimo era de 81,5%, uma porcentagem bastante alta comparada com as mulheres brancas, e em 2013 essas mesmas conseguiram alcançar uma porcentagem de 51,1%. A seguir, o gráfico 13 mostra a distribuição percentual da população ocupada de 16 anos ou mais de idade que recebem até um salário mínimo.

Gráfico 13



Fonte: PNAD/IBGE

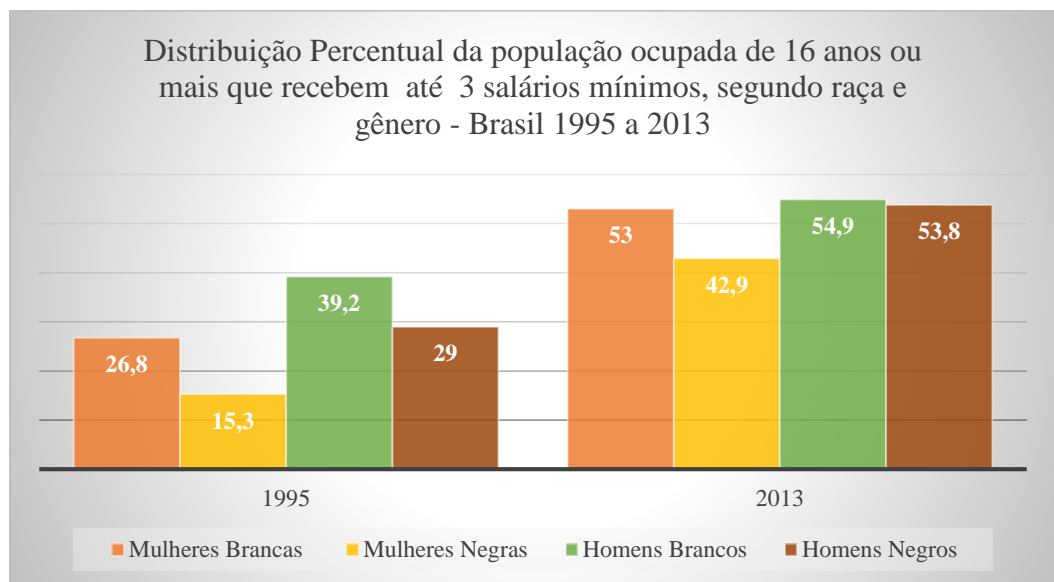
\*A categoria negra é composta por pretos e pardos

A porcentagem de homens brancos que obtinham até três salários mínimos era de 39,2% em 1995 e em 2013 atingiu 54,9%. Em contrapartida, a porcentagem dos homens negros que recebiam até três salários foi de 29,0% em 1995 e em 2013 foi de 53,8%. Então, a percepção que se tem dos homens negros em comparação aos homens brancos, é que os

homens brancos tem os melhores salários, principalmente quando se trata de mais de um salário mínimo, os homens negros conseguem ter melhores salários após 2004, quando começa a crescer gradativamente a percentagem masculina negra.

A percentagem das mulheres brancas que recebiam até três salários mínimos era de 26,8% em 1995 e passou para 53,0% em 2013. As negras que recebiam até três salários em 1995 era de 15,3% e em 2013 foi de 42,9%. O gráfico 14 mostra a população de 16 anos ou mais de idade que recebem até três salários mínimos.

Gráfico 14



Fonte: PNAD/IBGE

\*A população negra é composta por pretos e pardos

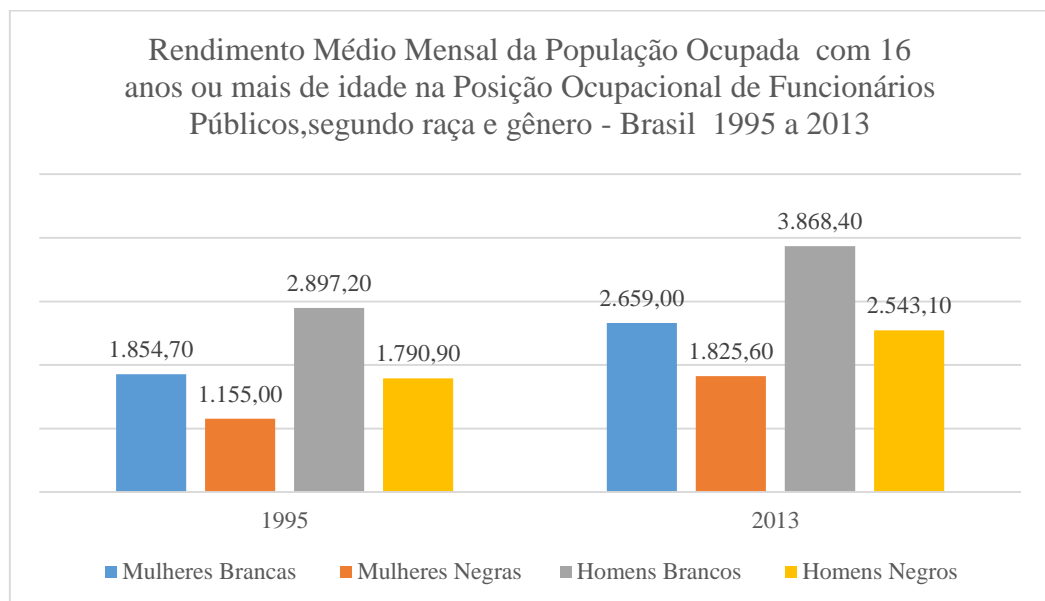
Analisando a mulher negra em comparação com a mulher branca, dá para dizer que essa situação é a mesma que a do homem negro comparado com o homem branco. Percebe-se que tanto o homem negro quanto a mulher negra se concentram mais nos rendimentos de até um salário mínimo, isso só vem a melhorar depois dos anos 2000, daí a situação evolui e eles (homens negros e mulheres negras) conseguem gradativamente se posicionarem em faixas de rendimentos até três salários mínimos ou até mais salários.

O total dos rendimentos médios da população ocupada com 16 anos ou mais em 1995 era de R\$ 1.191,80 e em 2013 foi de R\$ 1.492,60. O rendimento médio mensal dos homens brancos que trabalhavam como funcionários públicos foi de R\$ 2.897,20 e em 2013 chegou a R\$ 3.868,40. Os rendimentos dos homens negros que trabalhavam como funcionários públicos no ano de 1995 eram de R\$ 1.790,90 e em 2013 passaram a ter rendimentos de R\$



2.543,10. Os rendimentos das mulheres brancas que exerciam a função de funcionárias públicas eram de R\$ 1.854,70 em 1995, no ano de 2013 esse valor passou a ser de R\$ 2.659,00. As mulheres negras tinham como ganhos executando a função de funcionárias públicas o valor era de R\$ 1.155,80 em 1995 e em 2013 passou a ser de R\$ 1.825,60. A seguir, o gráfico 15 mostra os rendimentos da população ocupada com 16 anos ou mais na posição ocupacional de funcionários públicos, segundo raça/gênero em 1995 e 2013.

Gráfico 15



Fonte: PNAD/IBGE

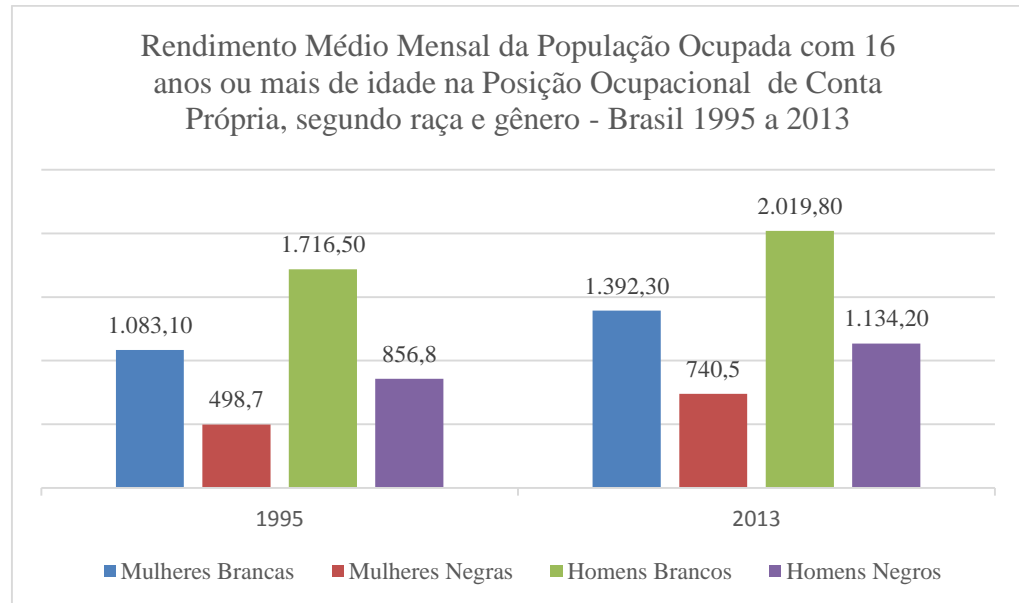
\*A população negra é composta de pretos e pardos

\*\*Dados sobre rendimentos do trabalho principal deflacionados com base no INPC, período de referência setembro 2013.

\*\*\* Os dados foram deflacionados pelo IPEA/DISOC

Os homens brancos que trabalhavam por conta própria obtinham em 1995 um rendimento de R\$ 1.716,50 e em 2013 esse rendimento cresceu e chegou a R\$ 2.019,80. Os homens negros em 1995 que trabalhavam por conta própria tinham rendimentos de R\$ 856,80, e em 2013 esse valor passou a ser de R\$ 1.134,20. As mulheres brancas que executavam a atividade por conta própria tinham rendimentos de R\$ 1.083,10 em 1995 e em 2013 esse valor passou a R\$ 1.392,30. As negras que executavam a atividade por conta própria tinham como rendimentos em 1995 o valor de R\$ 498,70 e em 2013 esse valor passou a ser de R\$ 740,50. O gráfico 16 mostra os rendimentos da população de 16 anos ou mais na posição ocupacional de conta própria.

Gráfico 16



Fonte: PNAD/IBGE

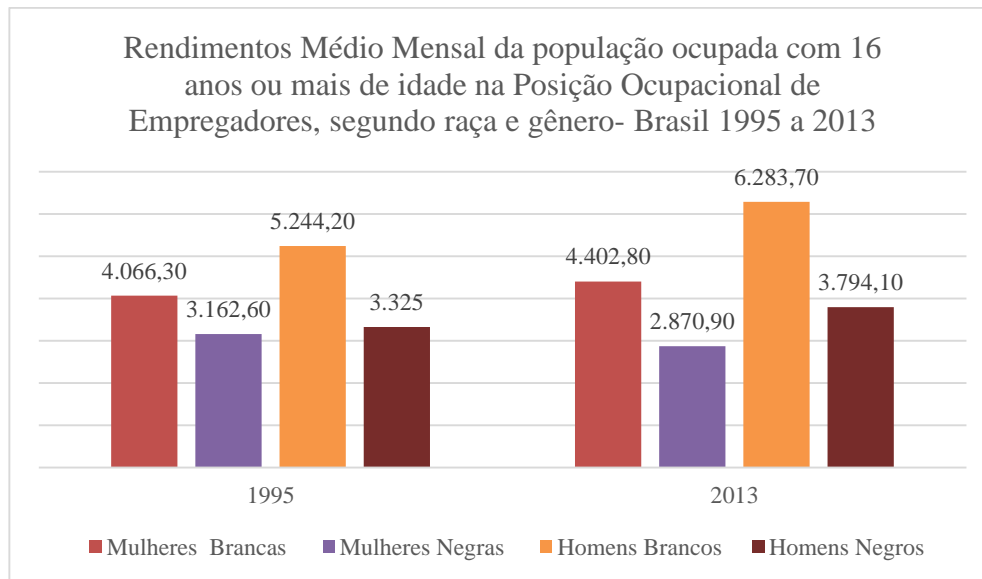
\*A população negra é composta de pretos e pardos

\*\* Dados sobre rendimentos do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set/2013.

\*\*\* Os dados foram deflacionados pelo IPEA/DISOC

Os homens brancos como empregadores conseguiram atingir em 1995 um patamar de R\$ 5.244,20 e em 2013 alcançaram R\$ 6.283,70. Os homens negros que tinham a função de empregadores ganhavam R\$ 3.325,0 em 1995, muito abaixo dos rendimentos dos homens brancos, e em 2013 teve um pequeno aumento, chegando ao patamar de R\$ 3.794,10. As mulheres brancas que executavam a função de empregadoras obtinham rendimentos de R\$ 4.066,30 em 1995, esse rendimento em 2013 passou para R\$ 4.402,80. As mulheres negras como empregadoras ganhavam R\$ 3.162,60 e esse valor decresceu chegando a 2013 em R\$ 2.870,90. O gráfico 17 mostra os rendimentos da população ocupada com 16 anos ou mais na posição ocupacional como empregadores.

Gráfico 17



Fonte:PNAD/IBGE

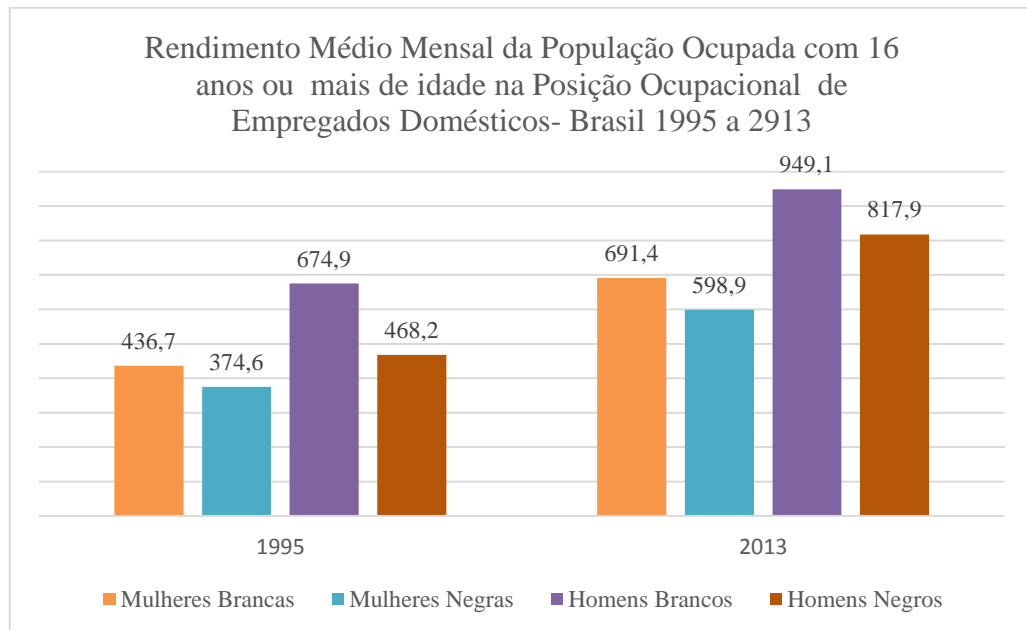
\*A população negra é composta de pretos e pardos

\*\* Dados sobre rendimentos do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set/2013.

\*\*\* Os dados foram deflacionados pelo IPEA/DISOC

Os homens brancos como trabalhadores domésticos, tinham rendimentos de R\$ 674,90 em 1995 e em 2013 foi de R\$ 949,10. Os homens negros que exerciam a função de trabalhadores domésticos tinham ganhos de R\$ 468,20 por mês e em 2013 esses ganhos passaram a ser de R\$ 817,90. As mulheres brancas como trabalhadoras domésticas tinham ganhos em 1995 de R\$ 436,70 e em 2013 esses ganhos aumentaram chegando a R\$ 691,40. As mulheres negras como trabalhadoras domésticas em 1995 recebiam rendimentos de até R\$ 374,60 em 1995 e em 2013 esses rendimentos passaram a ser de R\$ 598,90. O gráfico 18, a seguir mostra os rendimentos da população ocupada com 16 anos ou mais na posição ocupacional como empregados domésticos.

Gráfico 18



Fonte: PNAD/IBGE

\*A população negra é composta de pretos e pardos

\*\* Dados sobre rendimentos do trabalho principal deflacionado com base no INPC, período de referência set/2013.

\*\*\* Os dados foram deflacionados pelo IPEA/DISOC

Percebe-se que os homens brancos possuíam os maiores rendimentos, em comparação com as mulheres brancas, homens negros e mulheres negras. A ocupação que possui os piores rendimentos é como trabalhador doméstico, nota-se que tanto os homens negros quanto as mulheres negras possuem menores rendimentos nessa ocupação, em comparação com os homens brancos e com as mulheres brancas. Os rendimentos por conta própria são menores para os negros do que para os brancos. Os negros como empregadores recebem muito menos do que os brancos e até mesmo como funcionários públicos, eles possuem os menores rendimentos em comparação aos homens brancos e as mulheres brancas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste presente trabalho procurou-se analisar a situação da mulher negra no mercado de trabalho brasileiro utilizando dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra e Domicílios). O que deu para constatar é que houve redução das desigualdades raciais devido a melhora no nível de educação das mulheres negras e também dos homens negros, mas essa redução não foi o suficiente para igualar raças e gêneros.

Pelo exposto, apesar de sensíveis mudanças em termos de desigualdades educacionais, que redundaram em mudanças no perfil da participação da População Economicamente Ativa, notou-se também a expressiva redução do trabalho infante-juvenil ou mesmo a maior inserção de mulheres no mercado de trabalho, há que se observar padrões diferenciados de participação considerando atributos adscritos como cor e gênero.

Notou-se na categoria empregadores uma segmentação racial inalterada, ou seja, uma vez que a raça branca apresenta maiores proporções neste agrupamento. Não obstante, também é possível observar desigualdades de gênero. Por exemplo, as taxas de participação das mulheres brancas não são muito maiores que as dos homens negros, ou seja, são quase similares aos deles.

Num contraste, as categorias de empregados domésticos e funcionários públicos, com maiores proporções de mulheres, com predomínio das negras na primeira e nesta última, das brancas. As mulheres negras possuem baixa representação em categorias mais estáveis e de maior status social, como empregadores e empregados de carteira assinada. Elas ainda possuem mais participação em ocupações com menor prestígio e remuneração, o que fica notável no caso dos empregos domésticos.

Em se tratando de rendimentos, observou-se que mesmo que as mulheres brancas sejam mais escolarizadas que os homens brancos, elas possuem menores rendimentos em comparação com os rendimentos deles, o mesmo acontece com a mulher negra em comparação com o homem negro. Com isto, dá para concluir que houve significativos avanços para a população negra, mas ainda há grande desigualdades entre as raças.

Em se tratando de rendimentos de até um salário mínimo, as mulheres negras se destacam por terem maior participação nessa categoria, as mulheres brancas estão em segundo lugar nesta categoria, o homem negro em terceiro e o homem branco em último. Em rendimentos de até três salários mínimos a maior participação é do homem branco, em segunda posição, a mulher branca, em terceiro posição o homem negro e na última posição, a

mulher negra, é nítido que nessa categoria de rendimentos com até três salários mínimos tem maior participação da raça branca do que a negra.

Portanto, as mulheres negras possuem os menores rendimentos e se tornam o grupo mais desfavorecido, as quais, de modo geral, não conseguem reverter suas aquisições educacionais em melhores rendimentos e posicionamentos no mercado de trabalho, e estão sobre-representadas nas atividades de menor prestígio ou status social.

## REFERÊNCIAS

- DIEESE. **A mulher negra no mercado de trabalho metropolitano**: inserção marcada pela dupla discriminação. Estudos e Pesquisas, ano II, nº 14, novembro de 2005.  
[http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005\\_mulhernegra.pdf](http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2005/estpesq14112005_mulhernegra.pdf)  
Disponível em 22.11.2015.
- FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 32. Ed. São Paulo. Companhia Editora Nacional, 2005.
- FAGUNDES, V.F. **A cor do trabalho**. Porto Alegre: Imprensa Livre, 2001
- GUIMARÃES N. **Desafios da equidade**: reestruturação de gênero e raça no Brasil.  
<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n17-18/n17a09.pdf>, n17-18, p. 237-266, 2002.
- JUNIOR, C.P. **Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)**. 6.ed.Brasília: Editora Brasiliense, 1961.
- KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem - a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987
- LAYLA, D.P.C. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.
- LIMA, M.; RIOS F.; FRANÇA, D. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.
- LUIZ, M.S. **A Mulher negra no mercado de trabalho** : A pseudoequidade marcada, pela discriminação da sociedade e a mídia no século XXI. Publicado em 02/10/2010 na Revista Partes. Disponível em: <http://www.partes.com.br/politica/mulhernegranotrabalho.asp>
- MARX, K. **O capital** - crítica da economia política - vol. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- SILVA, N.M. **A mulher negra**. Revista Espaço Acadêmico. Disponível em:  
<http://www.espacoacademico.com.br/022/22csilva.htm>
- SOTERO, E.C. **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil. Brasília: IPEA, 2009.